Índice

Dados da Empresa	
Composição do Capital	
DFs Individuais	
Balanço Patrimonial Ativo	2
Balanço Patrimonial Passivo	3
Demonstração do Resultado	4
Demonstração do Fluxo de Caixa	5
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	
DMPL - 01/01/2010 à 31/12/2010	6
DMPL - 01/01/2009 à 31/12/2009	
DMPL - 01/01/2008 à 31/12/2008	
Demonstração do Valor Adicionado	9
Relatório da Administração / Comentário do Desempenho	10
Notas Explicativas	11
Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais	16
Proposta de Orçamento de Capital	17
Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes	18
Pareceres e Declarações	
Parecer dos Auditores Independentes - Sem Ressalva	19
Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	21
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	22
Declaração dos Diretores sobre o Parecer dos Auditores Independentes	23
Motivos de Reapresentação	24

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Último Exercício Social 31/12/2010	
Do Capital Integralizado		
Ordinárias	4.544.544	
Preferenciais	4.644.403	
Total	9.188.947	
Em Tesouraria		
Ordinárias	0	
Preferenciais	0	
Total	0	

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2010	Penúltimo Exercício 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 31/12/2008
1	Ativo Total	773	772	785
1.01	Ativo Circulante	0	1	0
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	0	1	0
1.02	Ativo Não Circulante	773	771	785
1.02.02	Investimentos	771	771	771
1.02.02.01	Participações Societárias	771	771	771
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	771	771	771
1.02.03	Imobilizado	0	0	14
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	0	0	14
1.02.04	Intangível	2	0	0
1.02.04.01	Intangíveis	2	0	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2010	Penúltimo Exercício 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 31/12/2008
2	Passivo Total	773	772	785
2.01	Passivo Circulante	37	309	358
2.01.02	Fornecedores	0	2	0
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	0	2	0
2.01.03	Obrigações Fiscais	37	307	358
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	37	307	358
2.01.03.01.02	Programa Recup. Fiscal - Parcelamentos	37	307	358
2.02	Passivo Não Circulante	4.632	4.248	6.763
2.02.02	Outras Obrigações	4.632	4.248	6.763
2.02.02.02	Outros	4.632	4.248	6.763
2.02.02.02.02	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	4.632	4.211	3.742
2.02.02.02.03	Programa Recup. Fiscal - Parcelamentos	0	37	3.021
2.03	Patrimônio Líquido	-3.896	-3.785	-6.336
2.03.01	Capital Social Realizado	23.550	23.550	23.550
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-27.446	-27.335	-29.886

DFs Individuais / Demonstração do Resultado

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Penúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 01/01/2008 à 31/12/2008
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-111	-137	-1.181
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-111	-137	-1.178
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	0	0	-3
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-111	-137	-1.181
3.06	Resultado Financeiro	0	2.688	-155
3.06.01	Receitas Financeiras	0	2.781	0
3.06.02	Despesas Financeiras	0	-93	-155
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-111	2.551	-1.336
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-111	2.551	-1.336
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-111	2.551	-1.336
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	-0,02442	0,56133	-0,29398
3.99.01.02	PN	-0,02390	0,54926	-0,28766

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Penúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 01/01/2008 à 31/12/2008
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-420	-484	-1.533
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-111	-135	-1.179
6.01.01.01	Resultado do Exercício	-111	2.551	-1.336
6.01.01.02	Depreciação	0	2	2
6.01.01.03	Variação Monetária e Juros	0	93	155
6.01.01.04	Efeito da Adesão ao Novo Parcelamento	0	-2.781	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-309	-349	-354
6.01.02.01	Tributos a Recuperar	0	0	3
6.01.02.02	Programa Recup. Fiscal - Parcelamento	-307	-347	-357
6.01.02.03	Fornecedores	-2	-2	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-2	16	-16
6.02.01	Movimentação no Ativo Imobilizado	0	16	-16
6.02.02	Movimentação no Ativo Intangível	-2	0	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	421	469	1.549
6.03.01	Adiant. para Futuro Aumento de Capital	421	469	1.549
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-1	1	0
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	1	0	0
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	0	1	0

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2010 à 31/12/2010

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	23.550	0	0	-27.335	0	-3.785
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	23.550	0	0	-27.335	0	-3.785
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-111	0	-111
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-111	0	-111
5.07	Saldos Finais	23.550	0	0	-27.446	0	-3.896

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2009 à 31/12/2009

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	23.550	0	0	-29.886	0	-6.336
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	23.550	0	0	-29.886	0	-6.336
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	2.551	0	2.551
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	2.551	0	2.551
5.07	Saldos Finais	23.550	0	0	-27.335	0	-3.785

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2008 à 31/12/2008

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	23.550	0	0	-28.550	0	-5.000
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	23.550	0	0	-28.550	0	-5.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-1.336	0	-1.336
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-1.336	0	-1.336
5.07	Saldos Finais	23.550	0	0	-29.886	0	-6.336

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Penúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 01/01/2008 à 31/12/2008
7.01	Receitas	0	11	0
7.01.02	Outras Receitas	0	11	0
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-107	-140	-1.174
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-107	-140	-1.174
7.03	Valor Adicionado Bruto	-107	-129	-1.174
7.04	Retenções	0	-2	-2
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	0	-2	-2
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-107	-131	-1.176
7.06	VIr Adicionado Recebido em Transferência	0	2.781	0
7.06.02	Receitas Financeiras	0	2.781	0
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	-107	2.650	-1.176
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	-107	2.650	-1.176
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	4	6	5
7.08.02.01	Federais	4	6	5
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	0	93	155
7.08.03.01	Juros	0	93	155
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-111	2.551	-1.336
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-111	2.551	-1.336

DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas - 31/12/2010 - CEMEPE INVESTIMENTOS SA

CEMEPE INVESTIMENTOS S/A RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2010 acompanhadas das respectivas notas explicativas.

Equalizada a questão do débito tributário, com a adesão ao novo parcelamento instituído pela Lei nº. 11.941/09 – Refis da Crise, a Companhia estuda melhores condições e oportunidades de negócios, visando a retomada de seus investimentos.

Em atendimento à instrução CVM 381, de 14 de janeiro de 2003, informamos que a Companhia não tem contratado, com o auditor independente, serviços que não sejam de auditoria externa.

A Diretoria declara, em atendimento ao artigo 25, parágrafo 1º, incisos V e VI, da Instrução CVM 480/2009, que revisou, discutiu e concorda com estas demonstrações financeiras e com as opiniões expressas no Relatório dos Auditores Independentes referentes às mesmas.

Rio de Janeiro, 31 de dezembro de 2010.

A Administração.

PÁGINA: 10 de 24

DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas - 31/12/2010 - CEMEPE INVESTIMENTOS SA

CEMEPE INVESTIMENTOS S.A.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Exercícios Findos Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009

(Em milhares de reais)

1 - Contexto Operacional

A Companhia tem por objeto a participação em outras sociedades como cotista ou acionista, administração de recursos próprios e de terceiros, e a prestação de serviços, inclusive de assessoria técnica, financeira e administrativa.

2 - Resumo das Principais Práticas Contábeis

a. Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações (Lei nº. 6.404/76) e as normas e procedimentos contábeis emitidos pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM e Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC.

A partir da edição da Lei 11.638/07 e da Medida Provisória 449/08 (convertida na Lei 11.941/09), foram alterados, revogados e introduzidos diversos dispositivos constantes na Lei das Sociedades por ações no que se refere à matéria contábil, com aplicação para as demonstrações contábeis encerradas a partir de 31 de dezembro de 2008.

As mudanças implementadas tiveram como objetivo propiciar uma convergência entre as práticas contábeis brasileiras e aquelas derivadas das normas internacionais e contou para isso com a criação do CPC, destinado à edição dessas novas práticas contábeis.

Foram emitidos pelo CPC diversos pronunciamentos contábeis refletindo o processo de adequação às normas emitidas pelo IASB, órgão responsável pela edição das práticas contábeis internacionais (IFRS).

Considerando a estrutura patrimonial atual da Companhia, não foram observados efeitos significativos das alterações em práticas contábeis.

b. Investimentos

Em sociedade coligada, está avaliado pelo método de equivalência patrimonial.

c. Intangível

Refere-se aos gastos com registro de marcas e patentes.

.2.

CEMEPE INVESTIMENTOS S.A.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

3 - Investimentos

		2010				
	Quantidade de quotas possuídas	Participação	Patrimônio líquido	Valor contábil do investimento	Valor contábil do investimento	
STAM Participações Ltda. Total	770.616	50,67	1.521	771 771	771 771	

A empresa registrou sua participação no capital da STAM como investimento em coligada, apesar do percentual detido, considerando que o quadro societário dessa investida é composto pela Cemepe e por seu acionista majoritário com participação de 49,33%, o qual exerce o poder de controle nos termos do CPC 36 – Demonstrações Consolidadas.

4 - Adiantamento para Futuro Aumento de Capital

A empresa possui em 31 de dezembro de 2010, saldo decorrente de aportes efetuados pelo acionista majoritário, a título de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital.

5 - Capital social

O Capital social totalmente realizado está representado por 9.188.947 ações sem valor nominal, sendo 4.544.544 ações ordinárias e 4.644.403 ações preferenciais.

As ações preferenciais não têm direito a voto e terão prioridade no reembolso de capital e na distribuição de dividendos.

É assegurado aos acionistas, dividendo mínimo de 25% sobre o lucro líquido.

PÁGINA: 12 de 24

.3.

CEMEPE INVESTIMENTOS S.A.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

6 - Programa de recuperação Fiscal - Parcelamento Especial (Lei nº.11.941/2009)

6.1 - Definição

O Parcelamento Especial instituído pela Lei 11.941/2009 (denominado REFIS 4), é um regime especial de regularização dos débitos de qualquer natureza junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil e da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, através de pagamentos de parcelas mensais, em até 180 prestações.

Conforme divulgado através de Fato Relevante publicado em 18 de dezembro de 2009, a Companhia protocolou pedido de adesão a este Novo Parcelamento, deferido em dezembro de 2009 pelos órgãos acima mencionados, responsáveis pela administração dos débitos parcelados.

Foi incluído no Novo Parcelamento, o saldo remanescente dos débitos de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido consolidados no Parcelamento Especial – PAES, instituído pela Lei 10.684/2003, tendo havido, conforme determinação legal, desistência expressa e irrevogável desse parcelamento.

O valor total do débito incluído no Novo Parcelamento soma MR\$ 447. O efeito contábil final decorrente da adesão a este Parcelamento foi uma receita de MR\$ 2.781, refletindo o ganho pelo estorno dos encargos apropriados na vigência do parcelamento anterior.

6.2 - Débito incluído no Novo Parcelamento

		IRPJ (Ano	IRPJ (Ano	CSLL (Ano	
		Calendário 95)	Calendário 96)	Calendário 96)	Total
Saldo devedor o	do PAES ajustado	305	124	18	447
Amortização Total do débito	consolidado em 31 d	e dezembro de 201	0		(410)
Passivo circular	nte				37

PÁGINA: 13 de 24

.4.

CEMEPE INVESTIMENTOS S.A.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

6.3 - Outras Informações

Segundo o inciso I do art. 11. da Lei 11.941/2009, a homologação da opção pelo Novo Parcelamento independe de apresentação de garantia ou arrolamento de bens, mantidas aquelas decorrentes de débitos transferidos de outras modalidades de parcelamento ou de execução fiscal. No caso da Cemepe, não existem garantias prestadas ou bens arrolados.

O parágrafo 9º do artigo 1º. da Lei 11.941/2009 determina a obrigatoriedade do pagamento regular dos tributos e contribuições, como condição essencial para a manutenção das condições de pagamento previstas no novo Parcelamento.

Estabelece a Lei que a inadimplência, por três meses consecutivos ou não, ou de uma parcela, estando pagas todas as demais, implica a imediata rescisão do sujeito passivo do parcelamento.

A Cemepe, ao optar pelo parcelamento dos débitos nos termos da Lei 11.941/2009, pode liquidar os valores correspondentes a multa, de mora ou ofício, e a juros moratórios, inclusive as relativas a débitos inscritos em dívida ativa, com a utilização de prejuízo fiscal e de base de cálculo negativa da contribuição social sobre o lucro líquido. Foi utilizado o valor total de MR\$ 1.618 nessa compensação.

O novo parcelamento está sendo amortizado em parcelas mensais e consecutivas, e passará a ser atualizado pela variação da SELIC após a consolidação do débito pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

O artigo 3°, parágrafo 1°, inciso I, estabelece como parcela mínima o equivalente a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor da última parcela paga no mês de novembro de 2008, no âmbito do parcelamento anterior.

7 - Créditos Tributários

A Companhia possui em 31 de dezembro de 2010, saldos de prejuízos fiscais a compensar e base negativa de contribuição social, no montante de R\$53.467 e R\$46.124, respectivamente.

Em conformidade com a legislação em vigor, as declarações de imposto de renda correspondentes aos cinco últimos anos estão sujeitas à revisão e à eventual lançamento adicional por parte das autoridades fiscais. Demais impostos e contribuições estão sujeitas a revisões similares, por prazos prescricionais variáveis.

.5.

CEMEPE INVESTIMENTOS S.A.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

8 - Instrumentos Financeiros (Instrução CVM nº 475/08)

A companhia considera que o valor contábil dos instrumentos financeiros ativos e passivos se aproxima do seu valor justo.

PÁGINA: 15 de 24

DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas - 31/12/2010 - CEMEPE INVESTIMENTOS SA

CEMEPE INVESTIMENTOS S/A DFP - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PADRONIZADAS

COMENTÁRIO SOBRE O COMPORTAMENTO DAS PROJEÇÕES EMPRESARIAIS Não se aplica.

CEMEPE INVESTIMENTOS S/A DFP - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PADRONIZADAS

PROPOSTA DE ORÇAMENTO DE CAPITAL

Não se aplica.

PÁGINA: 17 de 24

DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas - 31/12/2010 - CEMEPE INVESTIMENTOS SA

CEMEPE INVESTIMENTOS S/A DFP - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PADRONIZADAS

OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA ENTENDA RELEVANTE Não se aplica.

PÁGINA: 18 de 24

Pareceres e Declarações / Parecer dos Auditores Independentes - Sem Ressalva

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas da Cemepe Investimentos S. A. Rio de Janeiro - RJ

Examinamos as demonstrações financeiras da Cemepe Investimentos S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cemepe Investimentos S. A. em 31 de dezembro de 2010, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standard Board – IASB, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade normal dos negócios da sociedade, a qual tem sofrido contínuos prejuízos operacionais e apresentado deficiência de capital de giro. Os planos da entidade, com relação a este assunto, estão descritos no relatório da administração. As demonstrações financeiras não incluem quaisquer ajustes em virtude dessas incertezas.

Outros Assuntos

Demonstração do valor adicionado

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 01, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas e como informação suplementar pelos IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada em todos os seus aspectos relevantes, em relação ás demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

PÁGINA: 19 de 24

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2009, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados por nós, e emitimos relatório datado em 11 de março de 2010, que conteve ênfase idêntica à mencionada acima.

Rio de Janeiro, 10 de março de 2011

BKR - LOPES, MACHADO AUDITORES Mário Vieira Lopes CONTADOR CRC-RJ-60.611/O

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

Não se aplica.

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

A Diretoria declara, em atendimento ao artigo 25, parágrafo 1º, incisos V e VI, da Instrução CVM 480/2009, que revisou, discutiu e concorda com estas demonstrações financeiras e com as opiniões expressas no Relatório dos Auditores Independentes referentes às mesmas.

Rio de Janeiro, 31 de dezembro de 2010.

A Administração.

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Parecer dos Auditores Independentes

A Diretoria declara, em atendimento ao artigo 25, parágrafo 1º, incisos V e VI, da Instrução CVM 480/2009, que revisou, discutiu e concorda com estas demonstrações financeiras e com as opiniões expressas no Relatório dos Auditores Independentes referentes às mesmas.

Rio de Janeiro, 31 de dezembro de 2010.

A Administração.

Motivos de Reapresentação

Versão	Descrição
0	